Acervo ISA

Instituto Socioambiental
Documentação
Fonte CB (Cidades)
Data 31/7/2002 Pg 18
Class. 921

MEIO AMBIENTE

Ampliação de área do parque nacional em municípios goianos próximos a Brasília mobiliza donos de terras que serão desapropriadas. Associação denuncia que moradores não foram consultados, cobra participação popular e aciona a Justiça contra o governo federal

Conflito na Chapada dos Veadeiros

Tiago Faria
Da equipe do Correio

Os municípios goianos de Alto Paraíso e Cavalcante, refúgios de turistas em busca de belezas naturais, viraram cenário de uma intensa briga ecológica. Em um canto do ringue, donos de terras e trabalhadores rurais usam programas de rádio e faixas nas ruas para criticar o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No outro, técnicos do Ibama começam a colocar em prática aquilo que motivou a discórdia: a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), cuja área cresceu de 65 mil para 235 mil hectares em setembro do ano passado.

No parque, situado a 250km de Brasília, estão localizados pontos turísticos como lagos, cachoeiras e chapadões. Com a expansão dos limites, o governo pretende proteger as bacias dos rios Paranã e Preto, que alimentam o Tocantins, e minimizar os riscos de danos ambientais na região. "O problema do fogo, por exemplo, é seríssimo. Há proprietários que, para limpar os terrenos, queimam a vegetação e colocam em risco o meio ambiente", explica o engenheiro agrônomo do Ibama Sérgio Brant, responsável pela criação de novas áreas de conservação.

Se antes tomava parte dos municípios de Alto Paraíso e Cavalcante, o Parque da Chapada passou a incluir áreas de Teresina de Goiás, Nova Roma e São João da Aliança. Aos poucos, elas teriam que ser desapropriadas, e o governo, por sua vez, pagaria indenizações. A idéia não agradou a todos e, em novembro, uma associação foi criada especialmente para contestar o decreto do governo que ampliou o parque. Era apenas o início da briga.

A Associação Cidadania, Transparência e Participação (ACTP) reúne hoje cerca de cem participantes, entre donos de terras, trabalhadores rurais e moradores. Eles não são contra o aumento do parque, mas reclamam da forma como foi definida a nova área. "A lei federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação exige consulta popular em caso de criação ou ampliação dessas áreas. E nós não fomos consultados em nenhum momento", protesta Pedro Beskow, presidente da ACTP.

De acordo com o Ibama, a população foi ouvida por meio do Conselho Consultivo do Parque da Chapada, que reúne representantes de órgãos públicos e da sociedade. "Ainda fizemos diversas reuniões com prefeitos dos municípios", garante Sérgio Brant. "Essas distorções acontecem porque a lei ainda não foi regulamentada, por isso está sujeita a interpretações diferentes", diz César Victor do Espírito Santo, secretário executivo do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno.

A desculpa do Ibama não convenceu alguns donos de terras. Insatisfeitos, eles ainda lutavam pela possibilidade de transformar suas terras em Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN). Assim, eles poderiam viver de ecoturismo no interior do parque. "Essa seria uma saída interessante, já que o Ibama certamente não terá capacidade de administrar corretamente a área do parque", argumenta Marco Antônio Martins de Araújo, 40, diretor técnico da ACTP.

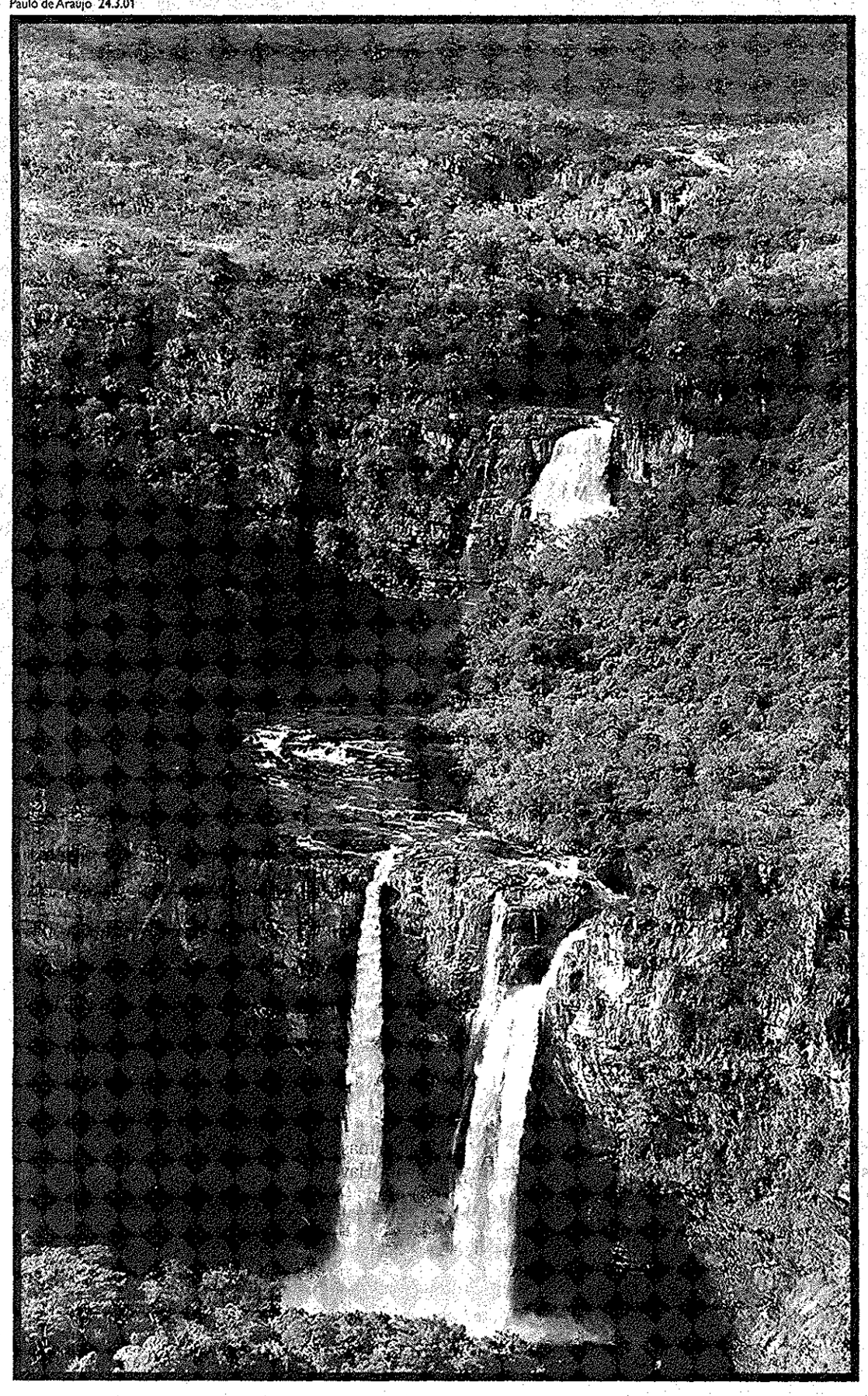
"Nós cuidaríamos dessas áreas", assegura Marco Antônio, que é dono de cerca de 250 hectares no Vale do Macaco, localizados a 40km de Alto Paraíso. Mas o Ibama descarta a criação das reservas. O decreto de ampliação do parque poupou a única reserva particular que já existia na região: a Cara Preta, próximo de Alto Paraíso.

NOVOS FISCAIS

O resultado do impasse entre os proprietários e o Ibama foi uma liminar conseguida em abril no Supremo Tribunal Federal (STF) por quatro produtores rurais da associação. A decisão anula os efeitos do decreto para eles — e somente para eles — até que o STF julgue a questão. Agora, os quatro pretendem entrar com ação popular no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para expandir a vitória aos outros proprietários da região. "Se conseguirmos tudo aquilo que exigimos, a área do parque não será reduzida nem em 5%", afirma Marco Antônio.

E o Ibama, enquanto espera a decisão da Justiça, começa o processo de desapropriação das terras, que deve terminar ainda este ano. Também alega que novos fiscais serão agregados à área do parque no decorrer do ano. "Era até previsível que essa disputa de interesses fosse ocorrer. Há algumas pessoas que apenas ocupam as terras, não são donos delas. Nesses casos, elas não receberiam indenização", explica Sérgio Brant. Argumentos à parte, o desfecho do conflito ficará para um próximo *round*.

Paulo de Araújo 24.3.01



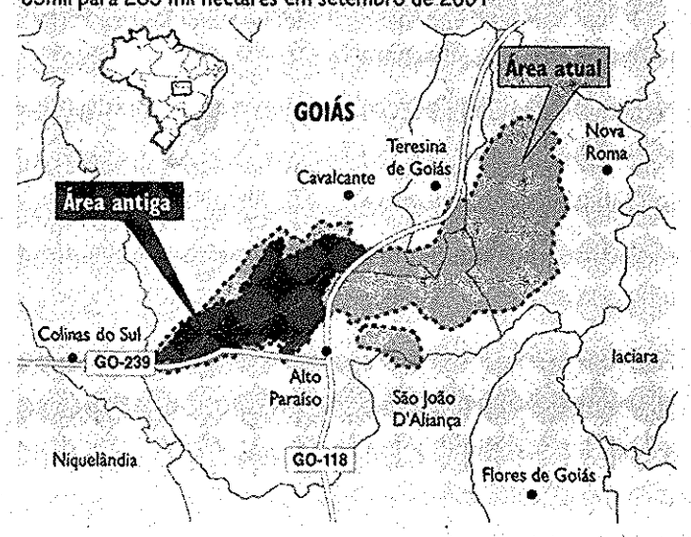
O SALTO DO RIO PRETO FICA DENTRO DO PARQUE NACIONAL: DECRETO AMPLIOU ÁREA PARA PROTEGER VEGETAÇÃO

NOVOS LIMITES

Apesar de ser favorável à ampliação do Parque da Chapada, o prefeito de Alto Paraíso, Divaldo Rinco, aponta falhas no decreto assinado pelo governo. Segundo ele, os novos limites do parque teriam de ser refeitos. "As mudanças seriam pequenas, mas há áreas produtivas e habitadas que acabaram incluídas no parque", justifica Divaldo. O povoado de Tapa Olho, no município de Nova Roma, abriga cem famílias. De acordo com o Ibama, durante o ano cada situação dessas será discutida com as comunidades locais. Por causa das atrações naturais do parque, Alto Paraíso recebe a média de 50 a 80 mil turistas por ano.

O QUE MUDOU

A área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros aumentou de 65mil para 235 mil hectares em setembro de 2001



Área pode criar empregos

Quando foi criado por Juscelino Kubitschek, em 1961, o parque tinha 600 mil hectares. Em 1972, caiu para 171 mil hectares. Em 1981, a 60 mil. Em 1990, foi aumentada para 65 mil hectares. O Ibama já começou o processo de desapropriação de terras. Os técnicos acreditam que o parque trará novos empregos para os municípios que foram anexados à área, que poderão explorar o ecoturismo, a exemplo de Alto Paraíso.

A promessa, porém, não é suficiente para terminar a briga ecológica. Entre os manifestantes, há até quem reclame de que não teve a área incluída no parque. "Há terras na região que são baratas. Algumas pessoas querem se desfazer delas e receber a indenização", explica César Victor do Espírito Santo, do fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno.

ENTENDA O CASO

Em pesquisa do Cerrado desenvolvida pela Fundação Pró-Natureza (Funatura) em parceria com a Conservation International do Brasil, a Fundação Biodiversitas e a Universidade de Brasília (UnB) uma área próxima ao Parque da Chapada foi identificada como de extrema importância para o meio ambiente. A região sofria prejuízos com a ação dos pecuaristas e agricultores.

No dia 27 de setembro de 2001, durante evento de comemoração da Semana da Árvore, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) de 65 mil hectares para 235 mil hectares. O objetivo seria proteger as bacias dos rios Paranã e Preto, que alimentam o Tocantins e sofriam degradação ambiental.

No início de outubro, proprietários de terras em municípios como Nova Roma e São João da Aliança, regiões que passariam a integrar o Parque da Chapada dos Veadeiros, se revoltaram com a decisão do governo. Sindicatos rurais demonstraram preocupação com o pagamento de indenização para os donos das terras desapropriadas. Cerca de 50 ações ainda estão pendentes na Justiça, em torno da regularização fundiária dos 65 mil hectares de parque.

Em novembro, proprietários de terras da região fundaram a Associação Cidadania, Transparência e Participação (ACTP), que hoje tem cem associados. Eles reclamam que não foram ouvidos pelo Ibama na época da definição dos novos limites do parque e que os estudos técnicos não foram adeqüados. Além disso, dizem que a desapropriação trará desemprego e abandono para a região.

Quatro associados, donos de grandes áreas, entraram em janeiro com pedido de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra os efeitos do decreto. Saíram vitoriosos em abril. Até o julgamento da liminar, eles não poderão ser desapropriados.

A associação agora quer entrar com ação popular no Superior Tribunal de Justiça para garantir a anulação dos efeitos do decreto a todos os outros donos de terras da região. Enquanto isso, as prefeituras cobram que os limites do parque ampliado sejam revistos, já que atingiriam 10% de áreas produtivas e habitadas.